



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0062

BI-2022-0065

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 18/05/2022

Hora: 9h40

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho de 2021, que estabelece a orgânica da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

A inspeção foi realizada em resposta a um pedido de colaboração da Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico – Açores DMO (Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas) no âmbito do processo de certificação da Região como destino turístico sustentável.

O estabelecimento tinha sido alvo de uma inspeção ambiental integral em 20/04/2021 (BI-2021-0030), na qual foram verificadas irregularidades em matéria de tratamento e rejeição de águas residuais, as quais já tinham sido, entretanto, regularizadas.

Face ao exposto, na presente inspeção foram abordados apenas os aspetos relacionados com o tratamento e rejeição de águas residuais, gestão de resíduos e utilização de substâncias perigosas.

No local foi contactado o diretor fabril, Eng. Luís Soares, o qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Pronicol - Produtos Lácteos, S.A.

NIPC/NIF: 512035377

Sede/morada: Quinta de São Luís, n.º 44

Código Postal: 9700-224

Freguesia: São Bento

Concelho: Angra do Heroísmo

Ilha: Ilha Terceira

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Pronicol, Produtos Lácteos, SA. - Fábrica de laticínios da Graciosa

Endereço: Caminho do Quitadouro, nº 14



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Código Postal: 9880-315

Freguesia: Santa Cruz da Graciosa

Concelho: Santa Cruz da Graciosa

Ilha: Ilha da Graciosa

Atividade principal: 10510 - Indústrias do leite e derivados

Outras atividades: ---

Período de funcionamento: 3h30 às 20h30

Licenciamento da atividade: Nº de Controlo Veterinário : ALT 682

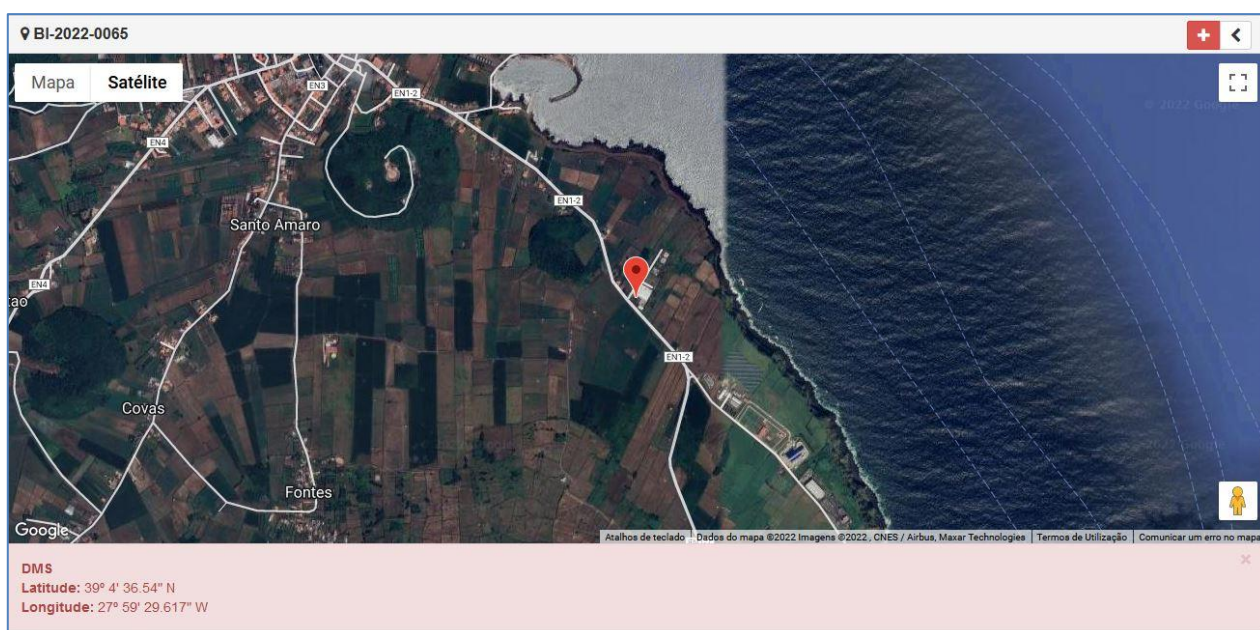


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A unidade industrial dedica-se à produção de queijo tipo ilha, queijo tipo flamengo e manteiga. É constituída por um cais de receção de leite, unidade de pasteurização e desnatação, unidades de produção de queijo e de manteiga, câmaras de cura e unidade de embalagem. Possui ainda zonas técnicas de produção de frio e vapor, oficina, armazém de produtos químicos, armazenamento de gasóleo e estação de tratamento de águas residuais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

2 – Águas residuais

2.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sociais	ETARI	Solo
<input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	Processo industrial – produtos lácteos	ETARI	Solo
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	---	---	---

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração (nota: o processo de tratamento – lamas ativadas em arejamento prolongado – produz lamas em excesso. No entanto, as lamas não são retiradas da ETARI, sendo encaminhadas para a lagoa de tratamento anaeróbio).

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro;

2.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2021/46, válido até 02/05/2022. Requereu a renovação da licença no dia 05/11/2021.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Autocontrolo por laboratório externo com periodicidade mensal; Autocontrolo interno; Medidor de caudal à saída.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	Envio dos boletins de análise com periodicidade semestral.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido parcialmente	Foram registados incumprimentos nos valores dos parâmetros CQO (dezembro 2021, março e abril 2022) e SST (dezembro 2021 e março 2022)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

3 – Resíduos

3.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	---	---	
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Remodelação e manutenção das instalações	Operador de gestão de resíduos	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	---	---	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Laboração da unidade industrial	Operador de gestão de resíduos	

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Acumulação de resíduos metálicos na envolvente do edifício, resultantes da substituição de estruturas danificadas (cobertura, etc.).
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Mapa de 2021 submetido em 24/02/2022
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Ponto Verde - embalagens
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

4 – Substâncias perigosas

4.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
DU - Utilizador final	Combustíveis (gasóleo)
DU - Utilizador final	Produtos de higienização de equipamentos e instalações (ácido nítrico, hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio)
DU - Utilizador final	Outros produtos de higienização e manutenção em pequenas taras

^{a)} DU – Utilizador a jusante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Cumprido	Fichas de dados de segurança
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido parcialmente	Inexistência de kit de contenção de derrames no armazém de produtos químicos; A válvula da bacia de retenção do reservatório de gasóleo encontrava-se aberta.

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram identificadas irregularidades passíveis de procedimento contraordenacional.

Foram identificados os seguintes aspetos a melhorar:

- De acordo com os boletins de autocontrolo da descarga de águas residuais analisados, em 2021 verificou-se um incumprimento dos parâmetros CQO e SST (colheita de dezembro) e em 2022 registaram-se já dois incumprimentos do parâmetro CQO (colheitas de março e de abril) e um incumprimento do parâmetro SST (colheita de março). Nos termos do n.º 4 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro, conjugado com o quadro n.º 3 do anexo I do mesmo diploma, para que se possa considerar que o tratamento das águas residuais está conforme, não poderão existir mais de duas amostras não conformes, para cada um dos parâmetros individualmente considerados, em cada ano. Recomenda-se, por



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

isso, que avaliem o que poderá estar na origem dos incumprimentos verificados, de forma a poderem ser implementadas medidas corretivas adequadas. Lembramos ainda que, nos termos do n.º 8 das condições gerais da licença de descarga de águas residuais, qualquer anomalia ou acidente com influência nas condições de descarga de águas residuais deve ser comunicada à entidade licenciadora nas 24 horas seguintes à ocorrência.

- b) Recomenda-se o encaminhamento para operador de gestão de resíduos dos materiais resultantes das reparações efetuadas nas instalações, que se encontravam dispersos na envolvente do edifício, ou o correto armazenamento temporário dos mesmos.
- c) Não existia um kit de combate a derrames no armazém de produtos químicos apesar do mesmo estar previsto nas instruções das fichas técnicas de alguns produtos ali armazenados. A válvula da bacia de retenção do reservatório de gasóleo deve ser mantida na posição fechada, devendo apenas ser aberta pontualmente para descarga de água não contaminada.

6 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: